



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)  
Primeira Reunião Ordinária de 2020  
Outubro de 2020  
Virtual

OEA/Ser.E  
GRIC/O.1/doc.47/20  
19 outubro 2020  
Original: inglês

## **Os principais desafios e oportunidades enfrentados pelas Américas e o papel das entidades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC)**

### **Contribuições preliminares do GTCC para a Fase Preparatória da Nona Cúpula das Américas**

A Nona Cúpula das Américas em 2021 será realizada quando a região estiver se recuperando dos efeitos devastadores de uma pandemia global, cujo trágico impacto, medido pelo número de mortes ou pelas consequências socioeconômicas devastadoras, está acima de qualquer coisa antes experimentada em uma área bem familiarizada com desastres.

No momento da redação deste documento, o Hemisfério Ocidental tinha registrado 549.807 mortes. Os esforços para uma resposta à altura têm sido intensos e de longo alcance, da parte tanto dos países da região quanto das agências multilaterais representadas pelo Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC). A escassez inicial de equipamentos de proteção individual (EPI) foi amenizada e novos protocolos relacionados à COVID foram implementados na maioria das jurisdições, o que reduziu a taxa de infecção. Problemas urgentes de segurança alimentar e transporte internacional foram amplamente contidos.

Não obstante isso, as dimensões do problema têm testado duramente a capacidade limitada dos governos da região de responder de forma adequada. Problemas estruturais preexistentes de desigualdade e exclusão, setores informais superdimensionados, capacidade fiscal subdesenvolvida, endividamento excessivo, níveis escassos de comércio intrarregional, infraestrutura inadequada e baixos níveis de penetração digital pioraram as consequências econômicas e sociais da pandemia.

Em muitos casos, o impacto das medidas destinadas a conter o contágio e as consequências da crise econômica recai com mais força sobre os setores empobrecidos e marginalizados, especialmente as mulheres, os migrantes e os povos indígenas. Especificamente, a região vem enfrentando uma das piores crises de deslocamento externo na história recente da América Latina. Aproximadamente cinco milhões de migrantes e refugiados deixaram a Venezuela, muitos deparam maior vulnerabilidade diante da pandemia (IOM, RMRP 2020). As referidas medidas tiveram um impacto devastador nos mercados de trabalho, com uma perda de horas de trabalho equivalente a 105 milhões de empregos em tempo integral, uma queda sem precedentes no emprego assalariado formal e informal e declínios nunca vistos na renda obtida, mais prejudicial para as pessoas mais vulneráveis.

Os riscos incumbentes sobre este momento são consideráveis. Na ausência de uma resposta coerente nos níveis nacional e regional, o Hemisfério corre o risco, não apenas de um período prolongado de crescimento baixo ou negativo, mas de uma regressão significativa nos progressos

alcançados na redução da pobreza e no desenvolvimento socioeconômico nas últimas duas décadas. Se forem exacerbadas por fraca governança democrática, transparência insuficiente e corrupção descarada, as consequências terão alcance ainda maior, com um impacto mais profundo nas governanças frágeis das Américas.

A volta aos “negócios como de costume” não proporcionará uma recuperação forte, sustentada e de qualidade que aumente substancialmente a renda per capita e reduza a desigualdade. Um novo paradigma é necessário. No mínimo, a Cúpula precisará colocar o Hemisfério em uma rota segura para alcançar a retomada da saúde e a recuperação econômica. No entanto, na visão do GTCC, ela representa uma oportunidade singular para se ir além disso, inclusive no enfrentamento dos problemas estruturais subjacentes que há décadas vêm servindo de empecilho ao crescimento e ao bem-estar na região. O fortalecimento do comércio e do investimento intrarregionais poderá um importante catalisador que permitirá as importantes reformas estruturais necessárias para melhorar os resultados sociais, econômicos, ambientais e de governança nas Américas.

Como fórum preeminente de integração e coordenação hemisférica, o processo das Cúpulas das Américas oferece uma importante oportunidade para a galvanização de uma resposta coerente dos Líderes do Hemisfério e dos países que representam. As instituições que compõem o Grupo de Trabalho Conjunto das Cúpulas estão ativas desde o início da pandemia, inclusive na convocação de quatro reuniões de alto nível desde abril, que fizeram avançar consideravelmente o nosso pensamento e a resposta coordenada. Aproveitamos a oportunidade de trabalhar em conjunto e assessorar a Presidência da Cúpula, os Estados Unidos, na preparação para a Nona Cúpula das Américas e no fortalecimento do processo das Cúpulas como uma ferramenta de governança e integração regionais.

Seguem algumas considerações iniciais que podem ser desenvolvidas juntamente com as recomendações recebidas de outros parceiros da Cúpula no setor privado e na sociedade civil. Elas se enquadram em duas áreas inter-relacionadas:

- apoio à recuperação econômica sustentável; e
- fortalecimento da prática democrática e do Estado de Direito

### **Apoio à recuperação econômica sustentável**

Vida, saúde e bem-estar são essenciais e constituem pré-requisitos para a reativação da economia. A proteção e a promoção da saúde das pessoas devem ser a base de uma iniciativa estratégica voltada para o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo na fase de recuperação econômica. Enquanto continuarem os esforços para mitigar a covid-19, os países das Américas deverão priorizar, construir e incorporar resiliência em suas sociedades e sistemas de saúde no contexto das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na fase de recuperação, faz-se necessária a implementação de um conjunto de medidas aprimoradas e de longo prazo, que busquem maximizar a saúde das pessoas e a probabilidade de recuperação econômica e social. São necessárias estratégias abrangentes de proteção fiscal, trabalhista e social para o enfrentamento dos níveis persistentes de informalidade.

É necessário fortalecer as medidas de saúde e segurança no trabalho para se garantir o retorno seguro aos locais de trabalho e a operação estável das empresas, promover maior formalidade econômica e fortalecer sistemas de proteção social, o que inclui o desenvolvimento de pisos nacionais de proteção social que resguardem os mais vulneráveis e tratem as vulnerabilidades de populações e territórios específicos com uma abordagem baseada em direitos e gênero. Nesta fase, como nas anteriores, a saúde, a proteção social e a economia deverão andar de mãos dadas.

As economias latino-americanas e caribenhas estão particularmente expostas aos impactos da covid-19, o que levará a uma queda de 9,1% no crescimento econômico e a uma recessão ainda mais profunda do que a provocada pela crise financeira global de 2008-2009 ou pela crise da dívida latino-americana dos anos 1980. Diante dessa perspectiva, propõe-se que o foco se concentre em políticas voltadas para crescimento e produtividade mais fortes.

Sugere-se a elaboração de marcos fiscais que garantam a ampliação da base tributária e uma estrutura tributária progressiva, aliada à revisão dos benefícios fiscais e à imposição de impostos sobre multinacionais e a economia digital.

As fontes externas tradicionais de capital, entre as quais os bancos multilaterais de desenvolvimento, continuam a desempenhar um papel importante, mas insuficiente para as exigências atuais. Como uma região composta principalmente por países de renda média, as limitações atuais de acesso ao financiamento em condições preferenciais apresentam problemas que devem ser enfrentados, em especial na região do Caribe onde as receitas do setor de serviços (turismo) foram reduzidas e terão provavelmente recuperação lenta.

O investimento estrangeiro direto caiu de forma acentuada em 2020 e precisa ser tratado com urgência. Para amenizar a situação, a inovação torna-se imprescindível para incentivar fontes privadas de investimento e financiamento. Quando aplicáveis, novas abordagens mais flexíveis para a reestruturação da dívida provavelmente se farão indispensáveis para os países poderem retornar aos mercados de capitais internacionais. Os obstáculos regulatórios que impedem o investimento estrangeiro direto também precisam ser enfrentados rapidamente, com a adoção de medidas específicas para deslocar investimentos de áreas tradicionais da atividade econômica para novas áreas que ofereçam retornos maiores e gerem emprego de mais qualidade. Abordagens estratégicas ao investimento precisarão ser elaboradas e as barreiras à eficiência deverão ser reduzidas. Isso será sobretudo importante no aproveitamento do potencial do setor privado como parte da solução da penetração digital, do acesso a fontes de energia renováveis e sustentáveis e da recuperação ambiental.

As dificuldades da crise serão enormes para grandes segmentos da população. Desse modo, a ideia apresentada é enfrentar as desigualdades sociais e nivelar o campo de jogo nas oportunidades econômicas para os mais vulneráveis (mulheres e jovens) por equalização de oportunidades, bem como promover a reentrada nos mercados de trabalho por meio de políticas ativas renovadas do mercado de trabalho, treinamento e reformas nas regulamentações do mercado de trabalho. De particular relevância são o acesso à educação de alta qualidade e o acesso igualitário à saúde; o acesso desigual ao financiamento e o acesso desigual aos mercados de produtos, além do mais, afetam desproporcionalmente os povos indígenas, os povos de ascendência africana e as mulheres. Incentiva-se a inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas voltadas para a recuperação econômica.

Os países da região devem garantir e universalizar a conectividade e a acessibilidade das tecnologias digitais para lidar com as consequências causadas pela pandemia do coronavírus. Isso inclui estimular a transformação produtiva, promover a confiança e a segurança digital, fortalecer a cooperação digital regional e fomentar um novo modelo de governança digital.

Deve-se dar maior ênfase à economia digital (em termos de infraestrutura digital, plataformas digitais (inclusive para serviços do setor público e privado), serviços financeiros digitais, empreendedorismo digital e habilidades digitais) como a viga mestra da transformação econômica pós-COVID (a partir do uso acelerado de serviços públicos digitais em governos e pagamentos digitais em empresas, por exemplo, como um lado positivo da pandemia).

Com relação aos processos de integração, deve-se intensificar a integração econômica e comercial, promovendo-se blocos regionais e aumentando-se os investimentos em infraestrutura para facilitar o comércio regional e fomentar cadeias comerciais intrarregionais. Por outro lado, deve-se dar ênfase à facilitação do comércio, eliminando-se os obstáculos regulatórios e intensificando-se o uso do *e-commerce* e a redução das barreiras não tarifárias, uma gestão mais forte de dívidas e passivos contingentes e maior transparência da dívida.

As recomendações do Diálogo Empresarial das Américas devem ser aprofundadas, atualizadas e implementadas, tanto no que diz respeito a questões de transparência e integridade, quanto à agenda desenvolvida no referido mecanismo de participação do setor privado. Deve-se incentivar, em nível nacional, o fortalecimento dos espaços para o diálogo social tripartite em que trabalhadores, empregadores e governos possam chegar a acordos nacionais que promovam o desenvolvimento produtivo e o trabalho decente. Uma agenda de reforma das empresas públicas é necessária.

Ao mesmo tempo, a transição energética deve ser estimulada por meio do desenvolvimento de energias renováveis destinadas a diversificar a matriz energética da região – transição de energia justa que favoreça investimentos com alto coeficiente de criação de empregos de qualidade.

Em relação ao emprego, será preciso chegar a um consenso, por processos de diálogo social tripartite, em torno de um amplo conjunto de políticas que promovam o emprego produtivo e a formalização, favoreçam o desenvolvimento das empresas e garantam que a formação dos trabalhadores responda às novas demandas da economia digital.

No tocante às telecomunicações, deve-se promover a discussão regional, a cooperação e a coordenação em políticas de telecomunicações/tecnologia da informação, desenvolvimento e padronização, com vistas a se melhorar o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental nas Américas.

Os efeitos da covid-19 impactaram a segurança alimentar e a nutrição de forma complexa, pelo que a agricultura precisa assumir um papel central nas estratégias de recuperação, por ser um setor estratégico para o futuro do Hemisfério.

Por último, mas não menos importante, será necessário: repensar os mecanismos institucionais para a agricultura, bem como incentivar a coordenação intersetorial e interagencial para se garantir a complementaridade das intervenções relacionadas à segurança alimentar; reconsiderar a agenda tecnológica e o uso intensivo da agenda digital; promover o comércio regional e a integração, evitando-se a regulação excessiva dos protocolos sanitários; garantir a livre circulação de pessoas e o comércio através das fronteiras; apoiar cadeias domésticas e curtas de suprimento alimentar da agricultura familiar, bem como o funcionamento de cadeias regionais e internacionais.

### **Fortalecimento da prática democrática e do Estado de Direito**

A promoção dos processos democráticos e o fortalecimento do Estado de Direito na região continuam a ser questões urgentes, especialmente no contexto atual; de fato, a crise tem evidenciado a responsabilidade do Estado em tomar medidas para prevenir e mitigar as consequências trazidas pela crise.

Contra esse pano de fundo, às vésperas do vigésimo aniversário da Carta Democrática Interamericana, devemos redobrar os esforços para fortalecer a democracia nos países da região,

dando destaque à separação de poderes como contrapeso à expansão da discricionariedade das autoridades públicas, que é intensificada nos estados de emergência.

O foco deve ser reforçar os princípios e os valores estabelecidos na Carta, reiterando a importância da separação de poderes e da defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. Além disso, mesmo sob as restrições impostas pela pandemia e suas inúmeras implicações para o gozo dos direitos civis e políticos, é importante garantir a realização das eleições.

Nas instituições de governança, a crise deu origem a novos desafios de transparência e integridade para se restringir os riscos de corrupção na gestão de recursos financeiros e materiais para a mitigação e a recuperação de crises. Estes incluem, entre outros, contratações e compras. Na fase de recuperação, será necessário aprofundar essa agenda e exigir o envolvimento do setor privado. O fortalecimento das medidas de transparência e governança nos contratos públicos terá que contar com tecnologias voltadas para isso. No que se refere aos recursos para o enfrentamento da covid-19, em seguimento das disposições previstas no Compromisso de Lima, é preciso estabelecer rapidamente medidas específicas para a identificação de contas, linhas orçamentárias e planos de compras que incluam os registros dos beneficiários finais, bem como a realização de auditorias independentes desses fundos.

O uso extensivo dos dados tornados necessários pela pandemia acelerará a discussão sobre a proteção de dados, com a qual os países devem atualizar as suas políticas e os seus quadros institucionais. Para isso, a proposta prevê a implementação da Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre o Acesso à Informação Pública como ferramenta de proteção dos direitos humanos, bem como a tomada de decisão informada dos cidadãos sobre os riscos que enfrentam, as ações dos seus governos e as medidas que cada pessoa, comunidade e empresa devem considerar em seu respectivo contexto. Além disso, destaca-se a importância de se concluir a criação do Programa Interamericano de Dados Abertos de Combate à Corrupção (PIDA) em 2021.

Deve-se também prestar atenção ao aumento da eficácia das medidas de controle e dos mecanismos de controle do Estado no combate à lavagem de dinheiro e dos mecanismos anticorrupção, inclusive no âmbito de compras emergenciais, pessoas politicamente expostas e organizações sem fins lucrativos.

Da mesma forma, e de acordo com o compromisso do Presidente, os Estados participantes do Processo de Cúpulas e das entidades do GTCC deverão continuar implementando a agenda anticorrupção do “Compromisso de Lima: Governança Democrática contra a Corrupção”.

A crise da saúde, que já se tornou uma crise socioeconômica, tem-se manifestado na forma de profundo descontentamento social, o que requer o fortalecimento do fórum de diálogo, participação e consenso social para se enfrentar os desafios de longo prazo que a fase de recuperação implica.

Será fundamental garantir que os esforços nacionais para a recuperação da pandemia incluam os segmentos mais vulneráveis da população, inclusive migrantes e repatriados.

Por fim, considera-se essencial que a coordenação e a colaboração entre as entidades que compõem o GTCC continuem a ser fortalecidas, no interesse de se proporcionar aos países da região apoio na implementação dos mandatos da Cúpula, inclusive daqueles que emanem da próxima Cúpula das Américas.